

ESTADO DE PERNAMBUCO
Prefeitura Municipal do Cedro

CABINETE DO PREFEITO

Administração: Manoel Tavares da Cruz

PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

LEI Nº 010/85

30 de 11 de 85
João Quirino
PREFEITO

EMENTA: Dispõe sobre a estrutura da carreira do Magistério - rio e sobre o plano de Classificação de Cargos e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DO CEDRO.

Faço saber que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - A presente Lei institui o regime jurídico do pessoal do Magistério do 1º Grau vinculado ao Serviço Público Municipal.

Parágrafo único - O Magistério como profissão compreende o pessoal ligado a Direção de Unidades Escolares e à Docência.

Artigo 2º - Por Docência compreende-se o conjunto de atividades realizadas com a classe, por Professores e Regentes efetivos ou contratados.

Parágrafo único - Na presente Lei considera-se como Professor da 1ª a 4ª série, o(anc) Docente portador de Diploma do 2º Grau, com habilitação específica em Magistério e como Regente o docente não habilitado.

Art. 3º - Os cargos de Direção e de Docência serão classificados considerando-se a natureza das tarefas a serem desempenhadas e a habilitação do servidor.

Parágrafo único - A classificação e a Escola de referências de vencimentos e salários serão as especificadas no anexo I, desta Lei.

Art. 4º - Por Direção compreende-se os cargos de administração da Escola, a serem provados com base em ...

Prefeitura Municipal do Ucara

CABINETE DO PREFEITO

Administração: Manoel Tavares da Cruz

critérios de confiança ou de acordo com o que for estabelecido em regulamento

Parágrafo único - Os cargos referidos neste artigo serão de provimento em comissão.

Art. 5º - A nomeação para os cargos de Professor, é condicionada a aprovação do pretendente ao cargo, em concurso público de provas e títulos, regulamentado por portaria do Poder Executivo.

Parágrafo único - Só poderão inscrever-se em concurso público para Docente de 1ª a 4ª série candidatos portadores de Diploma do 2º Grau, com habilitação específica em Magistério.

Art. 6º - Para ser admitido como Regente da 1ª a 4ª série do 1º Grau, o candidato deverá:

I - Ter cursado, no mínimo, até a 4ª série do 1º Grau.

II - Submeter-se à seleção realizada pelo C.N.E.

Parágrafo único - A seleção de que trata o inciso II, deste artigo, constará de provas de Português, Matemática e Conhecimentos Gerais, elaborados a nível da 4ª série.

Art. 7º - Os cargos para a Docência da 5ª série de 1º Grau serão providos por portadores de habilitação específica obtida em curso superior, de acordo com os critérios definidos nos artigos 77 e 78, da Lei 5692/71.

Art. 8º - Os cargos de Docência vagos ou a vagar, bem como os que forem criados de conformidade com o artigo 13 desta Lei, serão providos, em caráter efetivo por Professores ou Regentes que contem com mais de cinco anos, como contratado em função de Magistério neste Município.

Art. 9º - A jornada de trabalho do docente de 1ª a 4ª série do 1º Grau, será de 20 horas semanais, em turno único na mesma classe.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBU

CABINETE DO PREFEITO

Administração: Manoel Tavares da Cruz

Parágrafo único - Não havendo Professores ou Regentes disponíveis, ou atendendo a regulamentação específica da Prefeitura, a jornada de trabalho dos docentes poderá ser prolongada para 40 horas semanais, em dois turnos, podendo o segundo ser desempenhado em outra unidade escolar.

Art. 10 - O docente, que atuar da 5ª a 8ª série do 1º Grau, terá sua jornada de trabalho no mínimo fixada em 20 horas semanais e 100 horas mensais.

Parágrafo único - Atendendo à necessidade do serviço poderá ser atribuída ao docente de que trata este artigo, aulas excedentes, em número de 20 horas mensais.

Art. 11 - A função de supervisão, entendida como o conjunto de tarefas de orientação pedagógica ao docente, deverá ser desempenhada por Professores designados pela Prefeitura, mediante indicação do Órgão Municipal de Educação-CME.

§1º - O professor designado para a função de supervisor, deverá ter experiência mínima de dois anos como docente.

§2º - Ao professor designado para a função de Supervisor será atribuído uma gratificação ou complementação salarial correspondente a 30% do salário base.

Art. 12 - Considera-se como objeto de orientação pedagógica o planejamento, acompanhamento controle e avaliação das atividades educativas.

Art. 13 - Os Cargos de Magistério serão providos de acordo com o número de vagas por Lei Municipal e de acordo com as necessidades da Rede Municipal de Ensino,

Art. 14 - Terá preferência a contratação o candidato que o nível de habilitação apresentado seja o exigido para o desempenho da função.

Prefeitura Municipal do Cedro

CABINETE DO PREFEITO

Administração: Manoel Tavares da Cruz

Art. 15 - O Servidor do Magistério Público Municipal poderá ser removido de uma para outra Escola Municipal:

I - A pedido do Servidor;

II - Por conveniência do ensino.

§ 1º - As remoções a pedido, deverão ser solicitados com antecedência de dois meses e serão efetuados em período de férias, salvo motivo de força maior que serão concedidas a qualquer época.

§ 2º - Outros casos de remoção, a pedido serão efetuados individualmente pelo OME, que decidirá sobre sua necessidade e conveniência.

Art. 16 - Será assegurado o direito a permitir os docentes de igual classe, havendo mútuo interesse.

Art. 17 - O Servidor do Magistério Público Municipal fará jus à progressão acesso vertical e horizontal.

Parágrafo Único - Acesso vertical é a ascensão de uma classe para outra e horizontal de um padrão para o outro dentro da mesma classe.

Art. 18 - A Progressão de que trata o artigo anterior será realizado alternadamente de acordo com os critérios de merecimento e tempo de serviço apurados pelo OME.

Parágrafo Único - A Legislação Municipal determinará o percentual da progressão por merecimento e tempo de serviço e o modo pelo qual ocorrerá a sua apuração.

Art. 19 - O Servidor do Magistério Público Municipal deverá participar de estágio e cursos de treinamento, quando convocados pelo OME.

Prefeitura Municipal do Cedro

CABINETE DO PREFEITO

Administração: Manoel Tavares da Cruz

Parágrafo Único - A frequência a esses cursos será considerada como essencial ao crescimento profissional do Servidor e requisito necessário à apuração do mérito para a progressão, levando-se em conta a capacitação para o desempenho da função.

Art. 20 - O regente que alcançar o grau de escolaridade imediatamente superior, será automaticamente enquadrado segundo a classe ou padrão correspondente, desde que apresente o certificado ou diploma do curso concluído.

Parágrafo Único - Também será enquadrado, segundo o padrão correspondente a sua qualificação, o professor que frequentar com aproveitamento os treinamentos oferecidos pelo CNE, nos termos do art. 19 desta Lei.

Art. 21 - Ao Servidor do Magistério Público Municipal será assegurado os seguintes direitos:

I- Férias regulamentares;

II- Licença para tratamento de saúde;

III- Licença para gestação;

IV- Abono de falta por 03 dias;

V- Afastamento remunerado de 08 dias para efetivos e contratados, por motivo de casamento e morte dos pais, irmãos, filhos e cônjugues.

VI- Aposentadoria aos 25 anos de efetivo exercício para servidor do sexo feminino e 30 anos para o servidor do sexo masculino.

VII - Licença para acompanhar pessoa doente da família.

Prefeitura Municipal do Ceará

CABINETE DO PREFEITO

Administração: Manoel Tavares da Cruz

Art. 22 - Além dos direitos previstos no artigo anterior o servidor do Magistério Público Municipal receberá:

I - Vencimento ou salário fixado com observância das Leis Municipais e da Legislação Trabalhista;

II - Gratificação por exercício em local de difícil acesso, regulamentada por Lei Municipal.

III - Salário Família - (Filhos menores de 14 anos) estipulado em 1.000.

Art. 23 - O docente substituto perceberá remuneração equivalente ao titular substituído.

I - A substituição remunerada será regulamentada por portaria do Poder Executivo.

II - A substituição docente de 1^a a 4^a série do 1^o Grau, obdecerá ao exposto no art. 6^º inciso I.

III - A substituição docente de 5^a à 8^a série do 1^o Grau obdecerá ao exposto no art. 7^º desta Lei.

Art. 24 - O Servidor do Magistério Público Municipal, além das atribuições dos seus respectivos cargos ou empregos e dos deveres concernentes aos servidores deste Município, deverão:

I - Respeitar o horário e o calendário escolar;

II - Participar de programas de treinamento;

III - Orientar e programar as atividades docentes;

IV - Acompanhar, controlar e auxiliar as atividades docentes;

ESTADO DE PERNAMBUCO
Prefeitura Municipal do Cedro

CABINETE DO PREFEITO
Administração: Manoel Tavares da Cruz

V - Cumprir as determinações do Órgão Municipal de Educação.

Art. 25 - Os servidores do Ministério Público Municipal estão sujeitos às penalidades previstas:

- I - Nas Leis Municipais;
- II - No regimento do Órgão Municipal de Educação;
- III - Na consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 26 - Na aplicação da presente Lei deverá ser examinada a situação particular de cada servidor, a fim de serem respeitados os direitos adquiridos.

Art. 27 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta das verbas destinadas à Educação no Orçamento Municipal e de outras decorrentes da celebração de convênios.

Art. 28 - As disposições omissas e os casos específicos serão regulamentados em legislação suplementar.

Art. 29 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogados as disposições em contrário.

Cedro, 1º de Novembro de 1983.
MUNICÍPIO DE CEDRO
Prefeitura Municipal
VISTO
MANOEL TAVARES DA CRUZ
-Prefeito Municipal-

Prefeitura Municipal do Cedro

CABINETE DO PREFEITO

Administração: Manoel Tavares da Cruz

ANEXO A LEI N° 070

DE 01

DE Novembro 1985.

QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

CLASSE	HABILITAÇÃO	PADRÃO	REMUNERAÇÃO
I	.1.º Ciclo Menor	A	40.000,
	.2.º Grau Incompleto	B	$40 + 10\% = 44.000$
	.3.º Grau Completo	C	$40 + 20\% = 48.000$
	.4.º Grau Completo mais Cursos	D	$40 + 30\% = 52.000$
	.5.º Grau Incompleto	E	$40 + 50\% = 60.000$
	.6.º Grau Completo	F	$40 + 60\% = 64.000$
	.7.º Grau Completo mais Cursos	G	Hora aula
II - III	.Magistério Completo	A	80.000,
	.Magistério Completo Mais "Aluno"	B	$80 + 20\% = 96.000$
	.Licenciatura Curta incompleta	C	Hora Aula
	.Licenciatura Curta	D	" "
	.Licenciatura Plena Incompleta	E	" "
	.Licenciatura Plena	F	" "

*Hora Aula para os padrões CDEF e G serão determinados pela Prefeitura.

26.09.85
José Quirino da Cunha

ANEXO A LEI N° 010 DE 10 DE Novembro 1985

QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

CLASSE	ESPECIALIZAÇÃO	PADRÃO	REMUNERAÇÃO
Agente I	1º Grau menor	A	40.000
	1º Grau incompleto	B	40+10% = 44.000
	1º Grau completo	C	40+20% = 48.000
	1º Grau completo mais cursos	D	40+30% = 52.000
	2º Grau incompleto	E	40+50% = 60.000
	2º Grau completo	F	40+60% = 64.000
	2º Grau completo mais cursos	G	Hora Aula
Professor II	Magistério completo	A	80.000
	Magistério completo mais cursos	B	80+20% = 96.000
	Licenciatura curta incompleta	C	Hora Aula
	Licenciatura curta	D	" "
	Licenciatura plena incompleta	E	" "
	Licenciatura plena	F	" "

*Hora Aula para os padrões C D E F e G serão determinados pela Prefeitura.